



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE – RN

CONTROLADORIA-GERAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Av. Alexandre Cavalcanti, s/n – Centro Administrativo – São Gonçalo do Amarante – RN – CEP 59.290-000

CNPJ/MF Nº 08.079.402/0001-35

www.saogoncalo.rn.gov.br

Rio Grande do Norte

RELATÓRIO

ASSUNTO: RELATÓRIO GERAL E CIRCUNSTANCIADO SOBRE A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS PREVISTOS NO §4º, ART. 106, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SOBRE O EXERCÍCIO 2016 DA PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (ITEM 39)

Fixou o Egregio Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte a necessidade de que este Órgão Central de Controle Interno do Município de São Gonçalo do Amarante apresente relatório sobre a execução dos orçamentos do exercício 2017, a que alude o §4º, art. 106, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, cujo texto transcrevemos:

§ 4º. A lei orçamentária anual compreende:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;
- II - orçamento de investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, observado o disposto no art. 94, abrangendo todas as entidades e órgãos a elas vinculados, da administração direta e indireta.

Desta forma, em respeito ao disposto na Lei Complementar Estadual 464/2012, passamos a apresentar relatório sucinto do comportamento da execução orçamentária.

No ano de 2017, o Município de São Gonçalo do Amarante – que não possui empresas públicas, nem sociedades de economia mista municipais – observou uma boa execução orçamentária, no que se refere ao cumprimento das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, Lei Municipal 1.595 de 25 de Agosto de 2016 e Lei Municipal 1.621, de 28 de dezembro de 2016.

De acordo com Lei Orçamentária Anual 2016 restou uma autorização legislativa para execução do orçamento sob receitas correntes no valor total de R\$ 506,687.137,00.

Em face das turbulências macroeconômicas que atingiram fortemente todo o Brasil naquele ano, em especial a drástica queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios e demais recursos federais e estaduais, as receitas correntes

efetivamente arrecadadas foram de R\$ 224.505.328,65, gerando uma frustração de receitas entre o valor orçado e o arrecadado no importe de R\$ 191.603.630,35.

A Receita Tributária orçada foi de R\$ 44.000.000,00, e a efetivamente arrecadada ficou em R\$ 31.033.338,73, gerando uma frustração de receita no importe de R\$ 12.966.661,27, também motivada pela forte desaceleração na economia, que ocasionou um efeito em cascata, atingindo a arrecadação tributária municipal.

A situação representada pelas diferenças entre os valores orçados e arrecadados, são devidamente justificados em face dos dados apresentados pelo próprio Banco Central do Brasil em relação às contas públicas daquele ano, que revelam uma situação periclitante de forte recessão econômica, o que atingiu Municípios como São Gonçalo do Amarante:

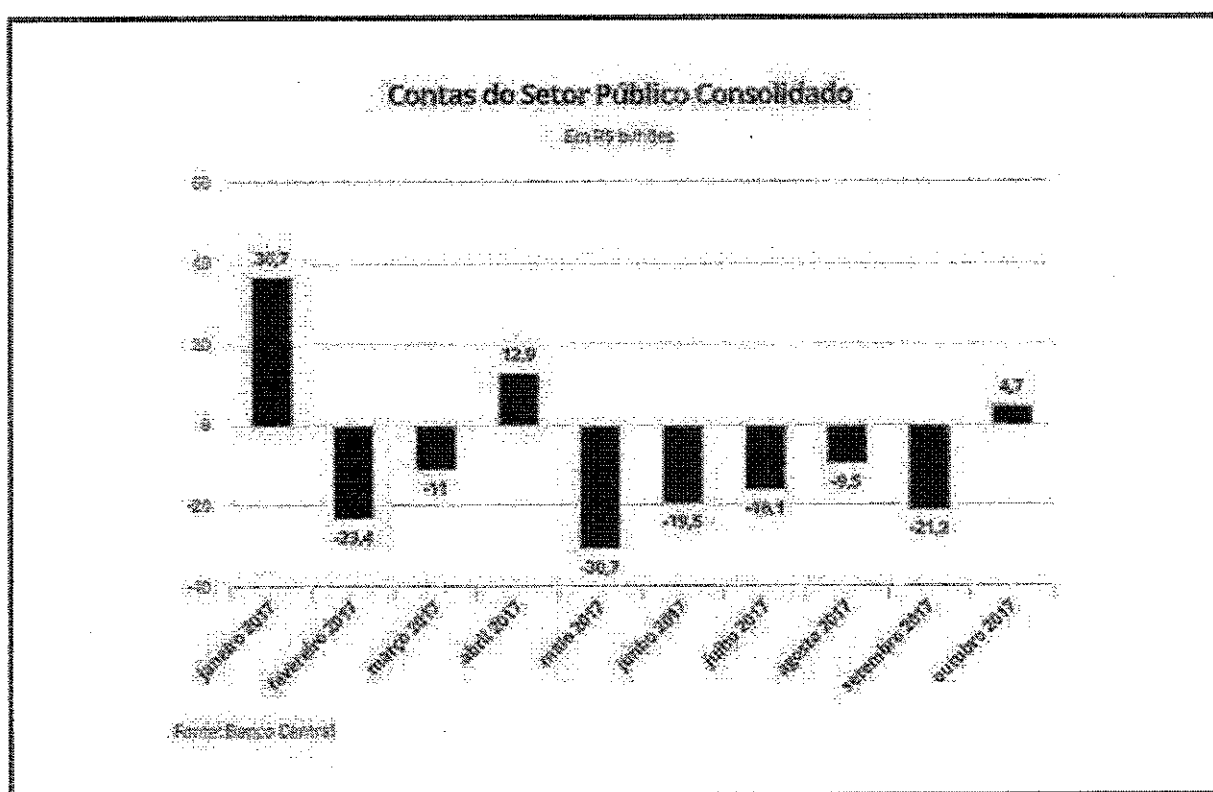


Imagem 1-Via Google, em 23/04/2018.

No que se refere ao controle da execução orçamentaria relativo ao cumprimento dos percentuais constitucionais da Saúde e Educação, tem-se que o Município logrou êxito e cumpriu rigorosamente tais metas orçamentarias.

Em relação a aplicação dos recursos com Educação, tem-se que foram investidos o total de R\$ 61.682.688,89, o que corresponde ao percentual 26,42% de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, atingindo e superando o percentual mínimo de 25% exigido pelo art. 212, da Constituição de 1988.

No que pertine às despesas com saúde, tem-se que foram empregados os valores de R\$ 43.433.852,38, o que corresponde a um percentual de 20,02%, também atingindo e superando com folga o percentual mínimo de 15% exigido constitucionalmente.

Quanto as despesas com pessoal, tem-se que o Município cumpriu os limites e percentuais fixados pela Lei Complementar 101/2000, atingindo um percentual de 50,15% de despesas com pessoal sob a Receita Corrente Líquida, conforme demonstrado no Anexo 15 do SIAI.

Destarte, considerando estas informações e os dados já apresentados ao Tribunal de Contas do Estado, por meio do SIAI, e o caso fortuito resultante da forte recessão econômica que se abateu sobre o Brasil, este Órgão de Controle Interno entende que a edilidade cumpriu todos os índices e metas fiscais para aquele ano de 2017.

É o relatório, salvo melhor juízo.

São Gonçalo do Amarante, 23/04/2018



RITA APARECIDA DE MEDEIROS
CONTROLADORA-GERAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE